

A política externa e a atuação russa no Conselho de Segurança das Nações Unidas de 1991 a 2014

*Bruno Mendelski de Souza*¹

*Lauren Machado*²

Resumo

Este artigo expõe as principais diretrizes da política externa da Federação Russa e problematiza sua relação com a postura do país como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), tendo como norte as considerações teóricas realistas/neorrealistas das Relações Internacionais. Inicialmente, é feita uma breve contextualização da política exterior de Mikhail Gorbachev e de Boris Yeltsin e sobre as respectivas atuações da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e de sua sucessora Rússia no CSNU. A seguir são expostos os conceitos basilares da política externa de Vladimir Putin. Concomitantemente é avaliada a atual posição russa no CSNU e suas implicações para o equilíbrio de poder mundial. Para tanto, o artigo valera-se da pesquisa bibliográfica na literatura acadêmica e em documentos oficiais do governo russo e da Organização das Nações Unidas.

Palavras-chave: Federação Russa; Política Externa; Conselho de Segurança.

Resumen

En este artículo se exponen las principales directrices de la política exterior de la Federación Rusa y se analiza su relación con la postura del país como miembro permanente del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas (CSNU), basándose en las consideraciones teóricas realistas/neorrealistas de las Relaciones Internacionales. Inicialmente, es hecha una breve contextualización de la política exterior de Mikhail Gorbachev y Boris Yeltsin y de las respectivas actuaciones de la Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas y de su sucesora Rusia en el CSNU. A continuación, se exponen los conceptos básicos de la política exterior de Vladimir Putin. Al mismo tiempo, se evalúa la actual posición de Rusia en el CSNU y sus implicaciones para el equilibrio de poder mundial. Para esto, el artículo utilizará la investigación bibliográfica en la literatura académica y en documentos oficiales del gobierno de Rusia y de las Naciones Unidas.

Palabras clave: Federación Rusa; Política Exterior; Consejo de Seguridad.

1 Mestre em Relações Internacionais e Docente da Universidade de Santa Cruz do Sul. brunomendelskidesouza@gmail.com

2 Bacharel em Relações Internacionais. lauren.machado@hotmail.com

Introdução

Ao completar um ano do terceiro mandato presidencial de Vladimir Putin, em 2013, a Rússia atualizou suas prioridades em matéria de política externa. O tradicional pragmatismo permanece, entretanto, de acordo com o Conceito de Política Externa da Federação Russaⁱ, os principais objetivos do país no cenário global devem acompanhar a volatilidade e a acelerada transformação do Sistema Internacional, o que exige que a política exterior russa seja repensada. O tópico inicial do documento diz respeito à segurança estatal, à garantia da soberania e da integridade territorial e à manutenção da posição relevante da Rússia internacionalmente. Além disso, temas como crescimento econômico, modernização tecnológica, valorização do Direito Internacional e centralidade da Organização das Nações Unidas (ONU) na condução das relações entre os Estados no âmbito internacional são abordados como diretrizes da política externa russa. Ainda, o estímulo às relações proveitosas com os países contíguos, a defesa dos cidadãos russos e a promoção da língua e história do país são elementos presentes no Conceito de Política Externa.

No âmbito da política exterior russa, o presente trabalho tem como objetivo estabelecer um paralelo entre a inflexão dessa política na última década e a atuação do país no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Nesse sentido, primeiramente faremos uma breve exposição sobre as ações internacionais tomadas por Mikhail Gorbachev nos anos anteriores à dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e também sobre as medidas em matéria de política exterior adotadas pelo primeiro presidente democraticamente eleito da Federação Russa, Boris Yeltsin. Depois disso, teceremos algumas considerações sobre a atual política externa do governo de Vladimir Putin e em seguida analisaremos os principais pontos do novo Conceito de Política Externa da Rússia. Por fim, trabalharemos com a posição russa no CSNU e sua influência para a definição de polos de poder do Sistema Internacional.

Inicialmente, compreende-se a Era Putin a partir da estratégica renúncia do Presidente Yeltsin em 31 de dezembro de 1999, quando Putin assume a presidência interina do país, seguindo para sua eleição oficial em março de 2000, sua reeleição em 2004, passando pelo período em que Dmitri Medvedev ocupou o cargo presidencial em 2008 e nomeou Putin como Primeiro-Ministro, até sua reeleição em 2012, a qual habilita Putin a representar a Rússia até 2018ⁱⁱ. É preciso ponderar que devido ao fato do governo de Medvedev ter conservado as bases da política externa russa, assim como aponta Jubran (2012), propondo tão somente pequenas “mudanças marginais ou ajustes”, esse trabalho considera o período entre 2008 e 2012 como uma continuidade da política exterior aplicada durante o segundo mandato de Putin.

Entre as principais características da política externa de Putin vinculada as instituições internacionais, destaca-se a adoção de uma perspectiva realista e pragmática, que visa à concretização dos interesses russos. Esses preceitos levam à adoção de um “multilateralismo seletivo”, que varia de acordo com a questão e a área geográfica (ZAGORSKI, 2009). A fim de melhor compreender a atuação multilateral do Kremlin, tendo como foco o CSNU, é preciso contextualizar as diferentes orientações da política exterior russa, desde os últimos momentos da União Soviética, os anos 1990 que revelaram a decadência da Federação Russa, até os anos 2000 que demonstram a recuperação do país no Sistema Internacional.

A Política Externa de Gorbachev (1985-1991)

O estabelecimento da Federação Russa guarda intrínseca relação com a dissolução da União Soviética. As mudanças promovidas por Mikhail Gorbachev na URSS foram, por um lado, um imperativo imposto pela grandiosidade do poder norte-americano no contexto da Guerra Fria e, por outro, revelaram a necessidade de recuperar a economia da União. Para compreender a conjuntura que acompanha esses fatos, é necessário avaliar os últimos anos do bloco soviético.

Em 1985, quando Mikhail Gorbachev assume a liderança do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) são propostas diversas reformas na tentativa de manter a posição de grande potência do bloco soviético. Dentro dessas novas medidas destacam-se as políticas da *perestroika*, as quais visavam a reestruturação econômico-política do país e que combinar-se-iam com a *glasnot*, que almejava conceder mais transparência às ações do governo e mais liberdade para a população. No âmbito da política externa, o novo pensamento (do russo, *novoe myshleniye*) passou a ser o alicerce da política exterior do bloco e figurava como um mecanismo de distensão das relações internacionais da URSS (OKUNEVA, 2010). De acordo com Jubran (2012), o *novoe myshleniye* representa o marco da redução das despesas militares, da abertura do país para a economia mundial, mas, sobretudo, do início do comportamento cooperativo com o Ocidenteⁱⁱⁱ (JUBRAN, 2012).

Nas palavras de Gorbachev é possível confirmar a intenção renovada de sua política exterior, a qual em detrimento do confronto se concentrava na cooperação:

Estamos firmemente comprometidos em fazer voltar as relações soviético-americanas ao curso normal, ao caminho da compreensão [...]. Paz, coexistência pacífica, igualdade e cooperação mutuamente benéfica são os princípios de nossa política externa” (GORBACHEV, 1987, p.10).

Assim como afirma Okuneva (2010), era necessário acabar com a Guerra Fria e com as tensões provenientes do conflito bipolar, já que os líderes soviéticos sabiam que a economia do país não seria capaz de sustentar tal carga bélica. Devido à complicada situação econômica da União Soviética era necessário restringir o encargo da defesa, o qual representava, na metade dos anos 1980, um somatório de 20 a 25 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do bloco soviético^{iv} (STONE, 2006). Diante da conjuntura bipolar do Sistema Internacional, minimizar o ônus militar exigia, obrigatoriamente, uma melhora nas relações entre americanos e soviéticos, daí a empreitada de Gorbachev no arrefecimento das tensões entre a URSS e os EUA^v (STONE, 2006).

Em relação à atuação da URSS no Conselho de Segurança da ONU, Gorbachev procurou modificar a tradição de distanciamento do órgão e de consistentes vetos contra as proposições Ocidentais, que vinham ocorrendo desde a Era Brejnev. De acordo com Nikitin:

Em meados da década de 1980, a postura de Moscou para operações sob mandato do Conselho de Segurança da ONU mudou mais uma vez. O líder reformista Gorbachev retirou as forças soviéticas do Afeganistão em 1989 e retirou o veto russo para uma operação internacional em território afegão. Ele também cessou a assistência militar à Angola e permitiu o envolvimento internacional na resolução da guerra civil angolana (NIKITIN, 2012, p. 4, tradução nossa).

Ainda, na contramão do que demonstram os dados econômicos, mesmo que no final dos anos 1980 a economia soviética estivesse bastante abatida e, no início dos anos 1990 houvesse um decréscimo expressivo no PIB do bloco^{vi}, esse foi um período de forte apoio, tanto político quanto financeiro, da URSS às operações de paz da ONU (NIKITIN, 212). O quadro abaixo demonstra os constantes votos favoráveis e, ao mesmo tempo, as largas somas investidas^{vii} nas operações de paz por parte da União Soviética.

Quadro 1 - Votos da URSS no CSNU e participação nas Operações de Paz entre 1988-1991

Operação da ONU	Voto da URSS	Fornecimento de forças de paz	Ajuda financeira (em milhões de US\$)
1988-1991, Irã-Iraque	Apoio	Transporte aéreo para forças de paz canadenses	-
1988-1990, Afeganistão-Paquistão	Veto em 1988 / Apoio desde o final de 1988	-	-
1989-1991, Angola	-	-	15
1989 –1990, Namíbia	Apoio	Observadores militares	-
1989-1992, América Central	Apoio	-	6,5
1991-1995, El Salvador	Apoio	-	6,3
1991, Iraque-Kuwait	Apoio	Observadores militares	16

1991, Saara Ocidental	Apoio	Observadores militares	17
1991-1992, Kampuchea	Apoio	Mediadores militares	-

Fonte: NIKITIN, 2012.

Autor: MACHADO; MENDELSKI, 2014.

Paralelamente a esse contexto de profundas mudanças, destacava-se Boris Yeltsin, que se consolidava como líder das forças liberais e já havia sido eleito, em 1989, como presidente do recém-criado Parlamento russo (TSYGANKOV, 2010; SEGRILLO, 2000). Para Freire (2009):

Nesta altura, Yeltsin e Gorbachev prosseguiram objectivos incompatíveis, com o primeiro a enfrentar hostilidade interna em relação a medidas que se revelaram difíceis e não recompensadoras, e o último a criticar duramente Gorbachev por actuar lentamente na reforma do sistema, exigindo um ritmo mais acelerado e medidas mais resolutas (FREIRE, 2009, p.7).

Após a realização de um referendo em março de 1991, que sinalizou eleições presidenciais diretas, Yeltsin fora eleito, o que indicou o descontentamento da população com as medidas de Gorbachev. Além da grave crise econômica e política que assolava a União Soviética, a difusão de embates étnicos^{viii} no final dos anos 1990 e as exigências por maior descentralização de poder nos assuntos internos das repúblicas, contribuíram intensamente para a dissolução do Estado soviético. Determinados movimentos nacionalistas^{ix} despertaram demandas por independência e até por secessão ao longo da extensão dos limites da URSS.

A situação do bloco soviético se tornava cada vez mais complexa. Gorbachev tentava assinar um novo tratado para evitar um possível rompimento da União. Contudo, as repúblicas continuamente rejeitavam esse ajuste. Depois de muitas negociações, foi possível chegar a um consenso, todavia, o tratado não foi firmado. Em agosto de 1991, uma tentativa fracassada de golpe para depor Gorbachev e defender a integridade da União Soviética ocorreu. Ao invés de evitar a divisão da URSS, o resultado disso foi o extermínio, quase que total, da legitimidade do bloco. Mesmo voltando ao poder ficava evidente que Gorbachev não conseguiria conter as aspirações de soberania das repúblicas sob jurisdição soviética (SEGRILLO, 2000).

A Política Externa de Yeltsin (1991 – 1999)

Yeltsin então acelera as reformas de Gorbachev, e diante de uma União Soviética fragmentada e descentralizada inicia o sepultamento do bloco. Em 08 de dezembro de 1991, funda juntamente com Ucrânia e Bielorrússia a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), “procurando constituir um mecanismo agregador e facilitador de

uma transformação pacífica da velha URSS numa nova forma de organização que perpetuasse o poder da Rússia no antigo espaço soviético” (FREIRE, 2009, p. 8). Mesmo já existindo a percepção internacional dos problemas do sistema soviético, “a verdade é que dificilmente se poderia prever, em 1985, que em menos de 7 anos a URSS nem existiria mais” (SEGRILLO, 2000, p. 9). E em 25 de dezembro de 1991 a URSS deixa oficialmente de existir, dando origem a quinze novos países, entre eles a Federação Russa.

Em linhas gerais, ao passo que a política exterior de Gorbachev se ancorou em uma aproximação dos atores Ocidentais, principalmente dos EUA, Yeltsin buscou uma parceria estratégica com os norte-americanos (DONALDSON; NOGEE, 1998). Nem sequer uma década antes do colapso do bloco socialista, seria inimaginável o discurso de um chanceler soviético afirmar que “os Estados Unidos e as outras democracias ocidentais são como amigos naturais e eventuais aliados da Rússia democrática (KOZYREV, 1994, p. 59, tradução nossa)”, assim como o fez Andrei Kozyrev, Ministro das Relações Exteriores russo de 1991 a 1996.

Jubran (2012) afirma que a Política Externa de Yeltsin não foi uniforme, apontando para o período entre 1991 e 1993 como um caso de *bandwagoning*^x no qual a Rússia assume uma parceria com os EUA, posteriormente, entre 1994 e 1996 se nota uma leve passagem para uma estratégia mais autônoma e, entre 1996 e 1999 percebe-se a uma reorientação mais clara da política exterior para outros polos de poder, principalmente orientais. A forte aproximação com Washington nos anos iniciais do mandato de Yeltsin se deu, especialmente, pela confiança da elite russa de que os EUA iriam colaborar financeiramente para a passagem da economia planificada socialista para a lógica de mercado capitalista (JUBRAN, 2012).

Na ausência do esperado auxílio econômico, tardou, mas os dirigentes russos perceberam a amplificação de sua fraqueza internacional diante da cooperação com Ocidente. Na esteira disso, é publicado, em 1993, o Conceito de Política Externa da Federação Russa, que confirma a reatividade da política exterior russa no período e modifica as diretrizes externas do país. O documento, além de alterar os esforços russos para seu entorno, o exterior próximo^{xi}, ao mesmo tempo, objetiva reposicionar a Rússia como influente ator no Sistema Internacional, mas, principalmente, em seu espaço regional (FREIRE, 2009).

Não obstante, ainda que oficialmente as prioridades externas russas tenham mudado, a cooperação com o Ocidente não foi interrompida. Concomitantemente, os Estados do exterior próximo, recém-independentes, preferiram distanciarem-se da Rússia, visto o longo período de domínio moscovita perante essa região (OKUNEVA, 2010).

Após pressões parlamentares por uma política externa excessivamente voltada para o Ocidente, em 1996, Kosyrev deixa o cargo e assume Evgeni Primakov

(SEGRILLO, 2000). Okuneva (2010) e Tsygankov (2010) asseguram que a troca de chanceler alterou consideravelmente política exterior russa. De outro modo, Thorun (2009) é mais cauteloso e não estima amplas mudanças nesse período de transição. Ainda assim, a despeito da falta de consenso sobre as mudanças de política externa de Primakov quando chanceler (1996-1999), efetivamente, percebe-se uma reorientação de enfoque para outros polos de poder, com destaque para o Oriente (JUBRAN, 2012).

Com Kosyrev, o interesse nacional russo pautava-se na integração com as instituições ocidentais; por sua vez, Primakov procura reestabelecer a Rússia como grande potência e balancear o poder^{xii} da hegemonia norte-americana (TSYGANKOV, 2010). Para isso, o Kremlin desenvolveu relações com China, Índia, Alemanha e França, o que contribuiu para a formação de alianças que se contrapunham aos EUA (LO, 2002). Ainda, os russos expandiram suas relações para diversas regiões, como a já citada Ásia, fortaleceram seus vínculos com as ex-repúblicas soviéticas, e também voltaram-se para a América Latina e o Oriente Médio (SEGRILLO, 2010; JUBRAN, 2012). Além da busca pelo reforço da multipolaridade, através da aproximação de alguns atores internacionais distintos, Moscou também acentuou a importância do Direito Internacional e das convenções das Nações Unidas. Essa posição adotada pela Federação Russa se deu na tentativa de conter o poder dos EUA, e, de evitar o uso da força sem a autorização do CSNU (LO, 2002).

Ainda, a Rússia teve de lidar com a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN^{xiii}) e da União Europeia (UE) para a proximidade de suas fronteiras como uma espécie de cordão sanitário para isolar os russos (SEGRILLO, 2010). Por um lado, para os norte-americanos o alargamento da OTAN corroborava a decadência e a submissão da nova Rússia. Por outro lado, para Moscou o avanço da organização militar para a proximidade de seus limites fronteiriços representava não só um constrangimento securitário como colocava em cheque o histórico influxo russo sob seus vizinhos (PICCOLLI, 2012; TANGREDI, 2013)

A decadência russa nos anos 1990 era latente; como decorrência disso, o país adotou uma postura de maior passividade nas decisões do CSNU, frequentemente seguindo os norte-americanos nas votações, assim como aponta Jubran (2012):

A delegação russa acompanhou o voto dos Estados Unidos em diversas deliberações da ONU, inclusive no Conselho de Segurança, como: quanto à aplicação de sanções contra a antiga Iugoslávia, o Iraque e o Irã; a restrição à venda de tecnologia de mísseis para a Índia e de armamentos para o Irã por parte da Rússia (JUBRAN, 2012, p. 47).

De acordo com Nikitin (2012), nos anos 1990, a necessidade de solucionar conflitos internos e recuperar a economia dirigiu o pensamento das elites russas para a

conclusão de que a ONU não possuía importância naquele momento. Durante toda a década em que Yeltsin esteve na presidência do país, apenas em dois momentos a Rússia fez uso do poder de veto^{xiv}: em 1993 e 1994, na situação do Chipre^{xv} e da Bósnia e Herzegovina^{xvi}, respectivamente. Ao mesmo tempo, a participação russa nas operações de paz decaiu, sendo a provisão de tropas para o conflito iugoslavo a atuação mais significativa do país nesse tipo de operações.

Os problemas internos e externos da Federação Russa foram intensos durante os anos 1990. No que se refere ao aspecto econômico, a rápida e mal planejada transição de uma economia planificada para a lógica de mercado castigou o país, que de 1991 a 1998 teve seu PIB reduzido pela metade (MAZAT e SERRANO, 2011). Já no que tange à política externa, essa foi marcada, sobretudo por inércia e submissão. Sumariamente, os anos 1990 delinearum um quadro geopolítico extremamente desfavorável para a Rússia, comprovando sua decadência como ator internacional.

A Política Externa da Era Putin e sua atuação no CSNU

Vladimir Putin na presidência russa sinaliza o início da recuperação do país, tanto no âmbito interno quanto externamente. A política externa dos anos 1990 foi criticamente revista, uma vez que as ações cooperativas com o Ocidente não trouxeram os resultados esperados. Mais que isso, a Rússia procurou redefinir suas metas a longo prazo e começou a compreender o Sistema Internacional de forma menos liberal e mais realista (GODZIMIRSKI, 2008).

Paralelamente, a melhora econômica do país durante o princípio do século XXI foi expressiva. O PIB expandiu cerca de 67% entre 2000 e 2013, chegando à marca de US\$ 2,096 trilhões de dólares em 2013, o que assentou a Rússia como a oitava maior economia mundial (BANCO MUNDIAL, 2014). Ademais, as mudanças não se limitaram apenas aos indicadores econômicos. Putin estabilizou a política doméstica e, ao mesmo tempo, verticalizou o poder e centralizou o Estado (KRYSHANOVSKAYA, 2009). Desse modo, o progresso econômico e a consolidação do poder estatal permitiram que a administração Putin adotasse uma política externa mais assertiva, como reflexo da melhoria interna do país (MANKOFF, 2009).

Essa nova política externa pode ser melhor entendida a partir das considerações neorrealistas. Jeffrey Mankoff, em sua obra sobre política externa moscovita, evidencia o contraste do posicionamento da Rússia no Sistema Internacional no imediato período pós-soviético com a postura russa no início do novo milênio. Para os teóricos neorrealistas o Sistema Internacional é anárquico, e o comportamento dos atores estatais é definido de acordo com a distribuição de capacidades de poder entre os agentes. De um Estado como a Rússia, que sofreu uma redução extrema de poder relativo nos anos 1990, seria

esperada a contração de seus anseios geopolíticos, de forma que esses condissessem com sua nova posição de poder internacional (MANKOFF, 2009). E foi claramente isso que aconteceu no período de Yeltsin; com menos poder internacional, a Rússia passou de superpotência para um ator com papel reduzido na cena global.

Por outro lado, quando há a maximização do poder relativo de um Estado, esse tende a buscar mais espaço no cenário internacional (MANKOFF, 2009). Essa afirmativa neorrealista igualmente se aplica ao governo de Putin; com uma economia pujante, centralização do poder interno e maior capacidade militar^{xvii}, a Rússia expandiu seu poder relativo e passou a ocupar uma posição cada vez mais protagonista no cenário internacional. A forma encontrada por Putin para retomar a posição de grande potência foi a adoção de um pragmatismo externo, de modo a criar um jogo mais realista entre as capacidades e as ambições russas (LO; TRENIN, 2005; SAKWA, 2004).

De fato, com Putin a política externa distanciou-se grandemente daquela praticada por Yeltsin. Apesar disso, até 2003 houve a continuidade da cooperação com os EUA (MAZAT; SERRANO, 2011). Com os atentados de 11 de setembro de 2001 os russos demonstraram apoio aos EUA na Guerra contra o Afeganistão (2001). Numa estratégia por parte de Putin de “internacionalizar” a ameaça terrorista, a Rússia legitimou sua luta contra a Chechênia, e ao mesmo tempo,

(...)conseguiu que os movimentos independentistas chechenos fossem considerados terroristas, podendo realizar operações militares na Chechênia e no resto do Cáucaso russo sem enfrentar naquele momento protestos diplomáticos e tentativas internacionais de veto (MAZAT e SERRANO, 2011, p. 12-13).

Com a Guerra do Iraque (2003-2011), a Rússia retirou seu apoio aos EUA e passou a adotar uma postura mais assertiva internacionalmente. Além disso, foram diversificados os parceiros da Federação Russa, e estabeleceram-se relações econômicas e políticas mais densas com a aliada histórica Índia e com o Brasil (JUBRAN, 2012). Enquanto isso, foi firmado um importante pacto de amizade com a República Popular da China, objetivando a cooperação estratégica entre os dois atores (GVORSDEV; MARSH, 2014). Com esse acordo, a China passa a ser mais importante para os russos no sentido de um aliado político no CSNU e como um parceiro para contrabalancear o poder dos norte-americanos.

Quando ao Conceito de Política Externa da Federação Russa de 2013, seus objetivos iniciais são a garantia da segurança e soberania estatais, assim como a manutenção da posição relevante da Rússia no Sistema Internacional. Depois disso, o segundo objetivo da política exterior russa na atual administração Putin tem relação com o desenvolvimento econômico e tecnológico do país.

A seguir, o documento também aponta a promoção de políticas de paz e segurança na arena internacional, e afirma que ações coletivas devem ser tomadas na resolução de conflitos, sempre considerando a Carta das Nações Unidas. Assim, afirmou Putin em um discurso proferido no ano de 2007: “o uso da força só pode ser justificado se for ‘sancionado pela ONU’, e não se pode ‘substituir a ONU pela OTAN ou pela União Europeia’” (WALLERSTEIN, 2007, não paginado).

O quarto objetivo da política exterior russa é o estabelecimento de boas relações com os Estados vizinhos, o chamado exterior próximo, região que está diretamente ligada ao estabelecimento da hegemonia regional russa. O seguinte tópico abordado é o incremento das relações bilaterais e multilaterais sob a ótica do respeito à soberania e à independência dos Estados. Quanto às relações bilaterais e multilaterais, a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) é prioridade, e a cooperação com a Europa na esfera político-econômica e em matéria energética é igualmente valorizada. O interesse dos russos estende-se igualmente para os parceiros do Mar Negro e Cáspio, assim como para as regiões do Atlântico-Pacífico e do Ártico. As relações com a Índia são grandemente apreciadas, assim como as com a China, parceira no CSNU e na Organização de Cooperação de Xangai (OCX^{xviii}). A América Latina, o Oriente Médio e o Norte da África são regiões de atenção por parte dos russos e, obviamente, os EUA, apesar dos pontos de tensão^{xix}, também se caracterizam como um parceiro em matéria de cooperação para redução de armamentos estratégicos.

As alianças com participação ativa da Rússia e o envolvimento do país em diversos fóruns e organizações internacionais reforçam o quinto ponto da política externa do Kremlin. O BRICS^{xx}, o G20^{xxi} e a própria ONU figuram como exemplos da presença russa em organismos mundiais. A próxima diretriz está ligada ao fortalecimento do comércio exterior e da economia da Federação Russa, enquanto o apontamento final do documento aborda a questão da assistência à cidadãos russos^{xxii} e à garantia de seus direitos. Além disso, o *soft power* é apontado como instrumento de política exterior, através da disseminação da história, cultura e língua russas. De acordo com o cientista político Joseph Nye, essa forma de praticar influência pode ser definida como:

(...)um modo indireto de exercer o poder. Na política mundial, é possível que um país obtenha os resultados que quer porque os outros desejam acompanhá-lo, admirando os seus valores, imitando-lhe o exemplo [...]. Neste sentido, é igualmente tão importante estabelecer a agenda na política mundial e atrair os outros quanto forçá-los a mudar mediante a ameaça ou o uso das armas militares e econômicas. A este aspecto do poder – levar os outros a querer o que você quer -, dou o nome de *soft power* (NYE, 2002, p.36).

Por fim, o estabelecimento do diálogo e respeito para com outros costumes e religiões de diferentes nações completa a base da política externa do governo Putin. Além

de evidenciar princípios, o documento ainda confirma temas latentes, como questões de espiritualismo e influxo da Igreja Ortodoxa na formulação do pensamento político do Kremlin, e também, a rivalidade entre ocidentais e orientais. Grosso modo, portanto, a Rússia ajusta sua política externa para atender as aspirações de se firmar como uma grande potência^{xxiii}, investe em uma imagem positiva do país através do *soft power*, condena a ingerência em assuntos internos de outras nações advogando pelo Direito Internacional e pela soberania dos Estados e, sustenta o papel central da ONU no Sistema Internacional.

Ao passo que o Conselho de Segurança é o meio da ordem mundial que detém prerrogativa para definir os rumos da segurança e paz internacionais (UN, 1945), é plausível e mesmo óbvio que Moscou, uma vez detentor do poder de veto, busque defender seus interesses nesse órgão. A entrada de Vladimir Putin no poder evidenciou pragmatismo e um discurso de multipolaridade aliado com o ressurgimento da Rússia como grande potência mundial. Nesse momento foi percebido que o assento permanente no CSNU era um dos poucos atributos de projeção de poder que haviam restado para o país^{xxiv} e que esse deveria ser sabiamente aproveitado (NIKITIN, 2012).

A postura da Federação Russa no CSNU é independente, pragmática, ativa, atrelada a variáveis geopolíticas e impulsionada pela balança de poder internacional (NIKITIN, 2012). Diante dessa situação, o veto russo no Conselho de Segurança tem se tornado mais frequente. Entre os anos 2000 e 2014 foram vetadas nove resoluções, conforme demonstra o quadro abaixo.

Quadro 2 - Vetos russos no CSNU, de 2000 a 2014

Ano	Agenda	Países que acompanharam o veto russo
2004	Situação no Chipre	-
2007	Situação em Myanmar	China
2008	Situação no Zimbábue	China
2009	Guerra na Geórgia	-
2011	Guerra na Síria	China
2012	Guerra na Síria	China
2012	Guerra na Síria	China
2014	Situação na Ucrânia	-
2014	Guerra na Síria	China

Fonte: UN, 2014.

Autor: MACHADO; MENDELSKI, 2014.

Dentre as nove resoluções vetadas pela Rússia, seis igualmente tiveram sua aprovação impedida pela China. Essa convergência nos vetos indica os objetivos russos para a relação bilateral com os chineses, assim como evidencia o fragmento abaixo:

A Rússia considera o fato de que os dois países compartilham as mesmas posições fundamentais sobre as principais questões globais, como um dos elementos centrais da estabilidade regional e global. Por isso, a Rússia vai promover a cooperação na política externa com a China em diversas áreas, inclusive [...] no âmbito do Conselho de Segurança da ONU [...] (RÚSSIA, 2013, não paginado, tradução nossa).

Nikitin (2012) produziu uma interessante análise sobre a condição dos vetos russos no CSNU. À princípio, as resoluções que não coincidem com os interesses do Kremlin ou mesmo com sua percepção sobre os acontecimentos internacionais são vetadas por Moscou. Além disso, os principais critérios ponderados pela Rússia para a aprovação de documentos do CSNU são: a) impedir a injustificada ou arbitrária interferência internacional nos assuntos internos dos Estados; b) obstar sanções internacionais que possam afetar a população de um país em detrimento de um governo específico; c) assegurar que as operações sob o comando da ONU sejam realizadas sob regras precisas, evitando interpretações vagas que permitam ações distintas do previsto; d) garantir a neutralidade e a imparcialidade. Caso as resoluções não atendam a essas prerrogativas, muito provavelmente serão alvo do veto russo.

Quanto às operações de paz da ONU, desde 2000 até o presente momento, a participação russa nessas operações prossegue com reduzida intensidade. Ainda assim, o Kremlin é atualmente um dos maiores contribuintes da ONU, estando entre os onze principais colaboradores da organização. O planejamento de Moscou para 2014 é de contribuir com US\$ 325 milhões de dólares para o orçamento total da ONU, sendo 3,14% desse valor destinados às operações de paz (RUSSIA, 2014).

Quanto à reforma do CSNU, a Federação Russa acredita na necessidade de reestruturação do Conselho. No entanto, o país é cauteloso sobre a real capacidade do órgão em lidar efetivamente com questões internacionais diante de uma ampliação dos membros, no sentido de que o maior número de partes envolvidas dificultaria ainda mais o consenso. Mesmo assim, os russos apoiam o G4^{xxv}, a África do Sul e o Egito para membros permanentes, mas acreditam que o poder de veto deva ficar restrito aos cinco membros permanentes iniciais. De fato, a presença de Brasil, Índia e África do Sul no CSNU representaria um bloco aliado russo (BRICS) no órgão, o que poderia ser benéfico para a Rússia por equilibrar as forças ocidentais (NIKITIN, 2012).

No Conceito de Política Externa de 2013 é expressa a forte desaprovação russa em relação à postura ocasionalmente unilateral por parte dos Estados Unidos da América^{xxvi} e também sobre eventual negligência de Washington aos princípios do Direito Internacional. Na esteira da oposição aos norte-americanos é citada a chamada Primavera Árabe^{xxvii}, fazendo alusão à intervenção na Líbia e a insatisfação russa frente à ação liderada pela OTAN para troca de regime com o pretexto de proteção de civis. Devido à abstenção russa no CSNU^{xxviii} foi possível a intervenção liderada pelos EUA e pela OTAN na República Líbia. Na tentativa de não repetir o mesmo que nessa

intervenção, a utilização do veto russo no CSNU com o objetivo de impedir ou até mesmo enfraquecer iniciativas norte-americanas tem aumentado consideravelmente (ARON, 2013), e no caso específico da Síria^{xxix} já são quatro vetos russos^{xxx}.

O comércio de armas russo com a Síria é significativo e outro ponto considerável da parceria sírio-russa é o porto de Tartus, que permite acesso ao Mediterrâneo^{xxxi} (STEPANOVA, 2012). Ao mesmo tempo, a Síria possui relações históricas com a Rússia e, também, é um dos últimos aliados dos tempos soviéticos sobreviventes na região. Em razão desses fatos, constantemente o governo russo vem apoiando os sírios, principalmente através de vetos à sanções e possíveis resoluções do CSNU, para manter sua esfera de influência no Oriente Médio e contrabalancear o influxo norte-americano na localidade. Portanto, a postura da Rússia vem seguindo a lógica da balança de poder e dos esforços para um Sistema Internacional multipolar, no sentido de não permitir que os EUA dominem geopoliticamente ou que estabeleçam uma hegemonia regional no Médio Oriente.

Visto a continuidade do conflito sírio e a evidência de uso de armas químicas no país, Washington ameaçou um ataque unilateral para solucionar a crise em Damasco (TODD, WELKER, ARKIN, 2013). Diante disso, o governo russo arquitetou uma jogada diplomática para impedir que os EUA agissem autonomamente. Foi acordado com o atual presidente Bashar al-Assad que a Síria entregaria seu arsenal de armas químicas à ONU (ANISHCHUK, 2013). Ao mesmo tempo, Putin publicou um artigo no periódico *The New York Times* alertando para os perigos de uma possível intervenção norte-americana, sem a autorização da ONU, na Síria:

Ninguém quer que as Nações Unidas sofram o mesmo destino da Liga das Nações, que entrou em colapso porque não tinha poder real. [...] Nós precisamos usar o CSNU e acreditar que preservar a lei e a ordem no mundo complexo e turbulento de hoje é uma das poucas maneiras de impedir que as relações internacionais deslizem para o caos. [...] Nós temos que parar de usar a linguagem da força e voltar para o caminho dos acordos diplomáticos e políticos civilizados (PUTIN, 2013, não paginado, tradução nossa).

O texto de Putin obteve expressiva repercussão internacional. Colocou a Rússia como advogada do Direito Internacional, da ONU e da via diplomática, enquanto afirmou que os EUA seguidamente não respeitam as regras internacionais. Ademais, é preciso considerar que:

O anúncio do envio de navios do Mar Negro, do Norte e do Pacífico para o Mediterrâneo leste, foi um claro sinal de que a Rússia não toleraria um ataque à Síria [...]. [...] [Naquele momento] havia 8 navios russos na

região, enquanto os EUA, por sua vez, contavam com 6 vasos de superfície, além de uma série de bases aéreas e navais no entorno. [...] Portanto, a presença da marinha russa no Mediterrâneo não teve caráter meramente simbólico, mas sim de dissuasão efetiva, ao demonstrar a possibilidade de escalada do conflito em caso de intervenção americana (OLIVEIRA, BRITES, REIS, 2013, não paginado).

Sendo assim, não somente a Rússia impediu uma ação militar unilateral dos EUA e conseguiu conter as ambições norte-americanas, como fez imperar seus interesses no Sistema Internacional. Essa situação demonstra, justamente, o comportamento de um Estado que moldou o cenário global: a Federação Russa agiu, tanto pela diplomacia quanto pela dissuasão, como uma grande potência.

Considerações Finais

A primeira década de existência da Federação Russa foi bastante conturbada. A herdeira da ex-URSS passou por complicados momentos econômicos e políticos. O governo de Yeltsin adotou uma política externa cooperativa com os EUA e permitiu a expansão da OTAN e da União Europeia para áreas de influência russa. A Rússia experimentou um intenso declínio de seu poder nas Relações Internacionais durante os anos 1990.

Apesar disso, os anos 2000 marcaram a recuperação econômica, política e militar do país com a entrada de Putin na presidência do país. Paulatinamente, a Federação Russa foi recuperando seu *status* de grande potência. Os recentes acontecimentos internacionais vêm demonstrando a postura mais assertiva da Rússia e evidenciam que o país se comporta novamente como uma grande potência com capacidade de projeção de poder. Essa nova projeção de poder internacional, guia-se por um grande realismo e pragmatismo externo que, combinado com um uso seletivo dos arranjos internacionais multilaterais (sobretudo o CSNU), tem permitido ao país voltar a participar novamente do jogo das grandes potências mundiais.

O bloqueio às resoluções do CSNU sobre a Síria é claramente político: a Rússia não está disposta a enfrentar a mesma situação de troca de regime ocorrida na Líbia. A estratégia russa se baseia na manutenção da esfera de influência síria no Oriente Médio e no constrangimento dos EUA, evidenciando que sendo o mundo multipolar, ações unilaterais se tornam mais improváveis com a desaprovação das grandes potências, nesse caso Rússia e China. Portanto, é possível afirmar que a posição russa no CSNU reflete a conjuntura e os objetivos de política externa do país: um Sistema Internacional multipolar e a preservação do arranjo de grande potência mundial.

Referências

ANISHCHUK, Alexei. Russia, U.S. deny date set for Syria peace conference. **Reuters**, Moscow, 17 oct., 2013. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2013/10/17/us-syria-crisis-conference-idUSBRE99G0KG20131017>>. Acesso em: 12/11/2013.

ARON, L. The Putin Doctrine. **Foreign Affairs**, Tampa, 08 mar., 2013. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/139049/leon-aron/the-putin-doctrine>>. Acesso em: 29/3/2013.

BANCO MUNDIAL. **Produto Interno Bruto da Federação Russa de 2000 a 2013**. Washington, 2014. Disponível em: http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MK_TP.CD/countries/1W?display=default. Acesso em: 13/05/2014.

BOSSEN, Gerd. “A Rússia após as eleições presidenciais: a arrancada rumo a um novo início”. In: BOSSEN, Gerd; POMERANZ, Lenina; STREPETOVA, Margarita. **A Rússia no início da era Putin**. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2000. p. 9 . 32.

DONALSON, Robert; NOGEE, Joseph. **The Foreign Policy of Russia: Changing Systems, Enduring Interests**. New York: M. E. Sharpe, 1998.

FREIRE, Maria Raquel. “A Política Externa em Transição: o Caso da Rússia”. **Relações Internacionais**, n. 23, p. 75-89, set. 2009.

GODZIMIRSKI, Jakub. “Russia and the OSCE From high expectations to denial?” In: ROWE, Elana.; TORJESEN, Stina. **The Multilateral Dimension in Russian Foreign Policy**. Abingdon: Routledge, 2008. p.121-141.

GORBACHEV, Mikhail. **Tempo para a paz**. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

GVOSDEV, Nikolas K. MARSH, Christopher. **Russian Foreign Policy: interests, vectors and sectors**. Washington: CQ Press, 2014.

IISS - The International Institute for Strategic Studies. **The Military Balance**. Informa: Londres, 2013.

IVAN KUSHNIR'S RESEARCH CENTER. **Gross domestic product (GDP) in URSS 1970-1990**. Disponível em: <http://kushnirs.org/macroeconomics/gdp/gdp_ussr.html>. Acesso em: 13/12/2013.

JUBRAN, Bruno Mariotto. **Brasil e Rússia: política, comércio, ciência e tecnologia entre 1992 e 2010**. 2012. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais, UFRGS, Porto Alegre - RS. f. 38-68.

KOZYREV, Andrei. “The Lagging Partnership”. **Foreign Affairs**, n. 73, p. 59-70, mai.jun. 1994.

KRYSHTANOVSKAYA, Olga. “An Exhausted Resource: Authoritarian Modernization of Russia in the 2000s”. **Russia in Global Affairs**, n. 3, p. 8-21, jul.set. 2009.

LO, Bobo. **Russian foreign policy in the post-Soviet era: reality, illusion and mythmaking**. New York: Palgrave Macmillan, 2002.

LO, Bobo; TRENIN, Dmitri. **The Landscape of Russian Foreign Policy Decision Making**. Moscow: Carnegie Moscow Centre, 2005.

MANKOFF, Jeffrey. **Russian Foreign Policy: The Return of Great Power Politics**. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2009.

MAZAT, Numa; SERRANO, Franklin. "A Geopolítica das Relações entre a Federação Russa e os EUA: da 'Cooperação' ao Conflito". **Oikos**. n. 10, p. 5-35, abr. 2011.

MEARSHEIMER, John. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: Norton, 2001

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF RUSSIA. The Foreign Policy Concept of the Russian Federation. Moscow, Fev. 2013. Disponível em: <http://www.mid.ru/brp_4.nsf/0/76389FEC168189ED44257B2E0039B16D>. Acesso em: 11/09/2013.

MORGENTHAU, Hans. **Politics among nations: The struggle for power and peace**. New York: Alfred Knopf, 1961.

NIKITIN, A. **Russia as a Permanent Member of the UN Security Council**. Berlin: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2012.

NYE, Joseph. **O paradoxo do poder americano – Por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada**. São Paulo: UNESP, 2002

OKUNEVA, Liudmila. "Os 25 anos da Política Externa da URSS/Rússia: questões-chave, evolução, perspectivas (1985-2010)". In: PECEQUILLO, Cristina Soreanu (Org.). **A Rússia – desafios presentes e futuros**. Curitiba: Juruá, 2010. p. 21-47.

OLIVEIRA, Lucas Kerr; BRITES, Pedro Vinícius Pereira; REIS, João Arthur da Silva. A guerra proxy na Síria e as disputas estratégicas russo-estadunidenses no Oriente Médio. **Mundorama**, Brasília, 20 set., 2013. Disponível em: <<http://mundorama.net/2013/09/20/a-guerra-proxy-na-siria-e-as-disputas-estrategicas-russo-estadunidenses-no-oriente-medio-por-lucas-kerr-de-oliveira-pedro-vinicius-pereira-brites-e-joao-arthur-da-silva-reis/>>. Acesso em: 30/11/2013.

PAUTASSO, Diego. "China, Rússia e a Integração Asiática: O Sistema Sinocêntrico como parte da Transição Sistêmica". **Conjuntura Austral**, n. 2, p. 45-60, abr.mai. 2011.

PICCOLLI, Larlecianne. **Europa enquanto condicionante da Política Externa e de Segurança da Rússia: O Papel da Defesa Antimíssil**. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Programa de Pós Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, UFRGS, Porto Alegre – RS.

PUTIN, Vladimir. A plea for caution from Russia. **New York Times**, Moscow, 11 sep., 2013. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2013/09/12/opinion/putin-plea-for-caution-from-russia-on-syria.html>>. Acesso em: 11/09/2013.

RUSSIA - Permanent Mission of the Russian Federation to the United Nations. **UN Budget 2014**. Disponível em: <http://www.russiaun.ru/en/russia_n_un/bjudzhet_oon>. Acesso em: 13/05/2014.

SAKWA, Richard. **Putin: Russia's Choice**. London: Routledge, 2004.

SEGRILLO, Angelo. **O fim da URSS e a nova Rússia: de Gorbachev ao pós-Yeltsin**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. "A Política Externa Russa Pós-guerra Fria em relação ao Ocidente: uma leitura histórica". In: PECEQUILLO, Cristina Soreanu (Org.). **A Rússia – desafios presentes e futuros**. Curitiba: Juruá, 2010.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). Military Expenditure Database, 2013. **Stockholm, 2013**. Disponível em: <www.sipri.org/research/armaments/milex>. Acesso em: 29/10/2013.

STEPANOVA, E. Explaining Russia's Policy on the Syria Conflict. Paris: **IFRI**, 2012. Disponível em: <www.ifri.org/downloads/actuellestepanovafinal.pdf>. Acesso em: 03/11/12.

STONE, David R. **A Military History of Russia: From Ivan the Terrible to the War in Chechnya**. Westport: Praeger Security International, 2006.

TANGREDI, Sam. **Anti-access warfare: countering A2/AD strategies**. Maryland: Naval Institute Press, 2013.

TODD, E. **Depois do Império: a decomposição do sistema americano**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TODD, Chuck; WELKER, Kristen; ARKIN, Daniel. Obama will seek congressional approval before any military action against Syria. **NBC**, Washington, 31 oct., 2013. Disponível em: <http://worldnews.nbcnews.com/_news/2013/08/31/20270696-obama-will-seek-congressional-approval-before-any-military-action-against-syria>. Acesso em: 12/11/2013.

THORUN, Christian. **Explaining change in Russian foreign policy: the role of ideas in post-Soviet Russia's conduct towards the West**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

TSYGANKOV, Andrei. **Russia's Foreign Policy: Change and Continuity in National Identity**. Plymouth: Rowman & Littlefield Publishers, 2010.

UN - United Nations. **Security Council - Veto List**. New York, Dag Hammarskjöld Library, 2014.

_____. **Carta da Organização das Nações Unidas**. New York, 1945.

WALLERSTEIN, I. O que quer Putin? Binghamton, UK: **Fernand Braudel Center**, Binghamton University, 2007. Disponível em: <<http://www2.binghamton.edu/fbc/archive/221pr.htm>>. Acesso em: 13/5/2013.

ZAGORSKI, Andrei. "Multilateralism in Russian foreign policy approaches". In: ROWE, Elana.; TORJESEN, Stina. **The Multilateral Dimension in Russian Foreign Policy**. Abingdon: Routledge, 2009. p. 46-57.

Recebido em Setembro de 2014.

Publicado em Janeiro de 2015.

- i Documento do Ministério de Relações Exteriores russo que expõe os princípios básicos, prioridades e objetivos de política externa do país.
- ii Em 2008 Medvedev estabeleceu um decreto que estende a duração da presidência na Rússia de quatro para seis anos.
- iii Apesar da maior atenção para o Ocidente, o hemisfério leste também foi visado com a melhoria das relações com a China, a partir de 1985 (PAUTASSO, 2011).
- iv Sendo o PIB soviético US\$914 bilhões em 1985, os gastos com defesa estavam entre US\$ 182,8 bilhões e US\$ 228,5 bilhões de dólares (Ivan Kushnir's Research Center, 1970-1990).
- v No que diz respeito à atenuação do conflito entre a União Soviética e os EUA, destacam-se: a assinatura em dezembro de 1987 do Tratado sobre Forças Nucleares de Alcance Intermediário; o anúncio da retirada soviética no Afeganistão em 1988; e a flexibilização da política centralizadora da URSS sobre seus Estados-Satélites, sobressaindo-se o início da retirada soviética da Alemanha em julho de 1990.
- vi Somente nos dois últimos anos de existência a URSS apresentou um decréscimo econômico de, aproximadamente, 19% do PIB da União, conforme dados do Banco Mundial.
- vii Entre 1988 a 1991 a URSS investiu cerca de US\$ 61 milhões de dólares em operações de paz, enquanto de 1960 a 1980 apenas US\$10 milhões de dólares foram aplicados pela União nessas operações (NIKITIN, 2012).
- viii Os conflitos étnicos tiveram como palco diversas ex-repúblicas soviéticas, como Geórgia, Uzbequistão e Cazaquistão, além de Azerbaijão e Armênia na questão de Nagorno-Karabakh. (SEGRILLO, 2000).
- ix As pretensões iniciais de independência na URSS despertaram-se nas repúblicas bálticas. Posteriormente, surgiram movimentos na Armênia, no Azerbaijão, na Bielorrússia, na Ucrânia, na Geórgia e até mesmo na Rússia, a qual se declarou independente da União em 11 de julho de 1990. Em fins de outubro de 1990, todas as quinze repúblicas soviéticas já haviam se manifestado como autônomas perante à URSS (SEGRILLO, 2000).
- x O termo *bandwagoning* significa aliar-se ao Estado mais forte do Sistema Internacional.
- xi O exterior próximo é representado pelas 14 ex-repúblicas soviéticas: Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Estônia, Geórgia, Letônia, Lituânia, Moldávia, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia, Uzbequistão e Quirguistão.
- xii Também denominado “equilíbrio de poder”, este conceito indica que o equilíbrio de poder é o “real estado de relações em que o poder é distribuído entre várias nações com igualdade aproximada” (MORGENTHAU, 1961, p. 167).
- xiii A OTAN é uma organização militar criada em 1949, no contexto da Guerra Fria, liderada pelos EUA com o objetivo de garantir a segurança militar no continente europeu. No final da presidência de Boris Yeltsin, anteriores aliados soviéticos do Pacto de Varsóvia entraram oficialmente na OTAN (Hungria, Polônia e República Tcheca – antes Tchecoslováquia). Depois disso, nos anos 2000, Romênia, Bulgária, Eslováquia, Albânia, Eslovênia, Croácia e os três países bálticos, também aderiram à organização militar ocidental.
- xiv O poder de veto dos cinco membros permanentes do CSNU (Rússia, China, EUA, França e Reino Unido) foi definido em 1945, meses antes da criação da ONU, na Conferência de Ialta, na Crimeia.
- xv A resolução vetada pela Rússia diz respeito à Força de Paz das ONU para o Chipre (UN, 2014).
- xvi A questão da Bósnia e Herzegovina diz respeito à guerra civil que eclodiu nesse território entre 1992 e 1995 e que guarda relação direta com a desintegração da Iugoslávia (UN, 2014).
- xvii Os gastos militares russos em 2012 chegaram a US\$90 bilhões de dólares, sendo que em dez anos o valor gasto com defesa mais do que duplicou – em 2002 o investimento em defesa era de US\$ 40 bilhões de dólares (SIPRI, 2013). É importante ressaltar que o número do gasto militar não é consenso entre as

principais referências bibliográficas utilizadas no trabalho. O *International Institute for Strategic Studies* afirma que a Rússia gastou, em 2012, US\$ 59,9 bilhões em defesa (MILITARY BALANCE, 2013).

xviii Em 1996 foi criado o Xangai Cinco, formado por Rússia, China, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão. O grupo consistia em um fórum multilateral que visava a segurança e estabilidade regional. Em 2001, com a adesão do Uzbequistão, foi oficialmente formada a OCX, bloco internacional de segurança e cooperação econômica.

xix Além da expansão da OTAN e do apoio norte-americano às chamadas Revoluções Coloridas (Revolução das Rosas na Geórgia em 2003; Revolução Laranja em 2004 na Ucrânia; Revolução das Tulipas no Quirguistão, em 2005), o mais polêmico ponto da relação entre EUA e Rússia é o projeto norte-americano de instalação de um escudo antimíssil da OTAN na Europa Oriental.

xx O acrônimo BRICS foi criado pelo economista Jim O'Neil, em 2001, através de um estudo denominado "Building Better Global Economic BRICs". No ano de 2006, Brasil, Rússia, Índia e China formalizaram o grupo e em 2011 a África do Sul aderiu ao conjunto.

xxi O Grupo dos Vinte (G20) é o principal fórum para a cooperação internacional sobre questões econômicas e financeiras. O G20 foi criado em 1999, na esteira da crise financeira do final dos anos 1990, na percepção de que os países em desenvolvimento deveriam envolver-se com mais afinco na pauta econômica mundial.

xxii Nesse ponto, o governo refere-se tanto aos russos que vivem dentro de seu território, quanto aos que habitam outros países.

xxiii Para aprofundar o debate sobre grandes potências, ver: MEARSHEIMER, 2001.

xxiv Além da cadeira permanente no CSNU e do poder de veto, a Rússia continua sendo uma potência nuclear, com um dos maiores estoques de armas nucleares e capacidade de segundo ataque (BERTONHA, 2010).

xxv O G4 é um grupo formado por Alemanha, Brasil, Índia e Japão, no qual os quatro países apoiam-se mutuamente e buscam uma cadeira permanente no CSNU.

xxvi Como exemplo da postura unilateral dos EUA é possível citar o bombardeio da Sérvia pela OTAN em 1999 a invasão do Iraque em 2003, sob o pretexto de que Saddam Hussein detinha armas de destruição em massa.

xxvii Ressureições ocorridas no Oriente Médio e no norte da África, que tiveram início em 2011 e atingiram países como Tunísia, Egito, Líbia, Síria e Iêmen.

xxviii Além da Rússia, Brasil, China, Alemanha e Índia também se abstiveram na votação.

xxix Na esteira da Primavera Árabe, em 2011, iniciou-se uma insurreição em território sírio. Aos poucos o levante se transformou em uma guerra civil e transbordou as fronteiras da república árabe.

xxx A primeira tentativa de aprovação de resolução sobre o conflito sírio se deu no final de 2011 e a Rússia vetou a resolução. Depois disso, no início de 2012, se deu uma nova tentativa de consenso no CSNU sobre a Síria. Novamente a Rússia não aprovou a resolução. Ainda, em julho de 2012 a Rússia impediu que fossem aplicadas sanções econômicas na Síria. Em maio de 2014 houve uma nova tentativa de aprovação de outra resolução, a qual foi igualmente vetada por Rússia e China (UN, 2014). O Kremlin aprovou apenas um documento do CSNU que estabeleceu uma missão observadora da ONU em território sírio e, também admitiu uma resolução que exige a destruição das armas químicas de Damasco.

xxxi Outro meio de acesso ao Mediterrâneo para a Rússia é a base naval de Sebastopol, localizada na Crimeia.